

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS - CUMASP

Parecer n.º 2 de 1º de Março de 2021.

Projeto de Lei n.º 04/2021 de 2 de Fevereiro de 2021.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Vereador José Damato Neto, *“Disciplina a licitação sustentável para a aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, permitindo a adoção de critérios ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis e dá outras providências”*.

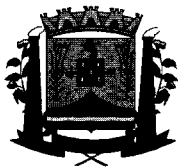
Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 50 do Regime Interno que relata:

“Art. 50. Compete à Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Serviços Públicos, manifestar-se sobre processos atinentes à realização de obras e a execução de serviços pelo município de utilidade pública, sejam ou não de concessão, permissão ou autorização municipal; ecologia, ao controle da poluição ambiental e às áreas consideradas de preservação ambiental; preservação e ampliação de áreas verdes”.

Fundamentação

Na Constituição Federal, em seu artigo 225 e incisos III e VII, é dito que:

“Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

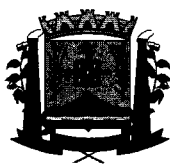
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

Nesse mesmo sentido, a Lei Orgânica Municipal prevê, em seu artigo 337, § 1º, inciso III e VII, o seguinte:

"Art. 337 Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

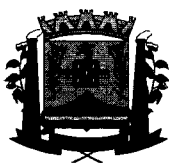
ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

A Lei nº 8.666/1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos, teve seu conteúdo alterado pela Lei nº 12.349/2010 cuja origem foi a Medida Provisória nº 495/10. Dentre as principais alterações, cabe destacar a nova redação do caput do art. 3º que incluiu como finalidade da licitação o desenvolvimento nacional sustentável, alçando-o ao mesmo nível da observância do princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)"*

Biderman, em seu livro "Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável", fala sobre Licitação Sustentável:

*"A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais de todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o **objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e direitos humanos**. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ambiente e a sociedade. A licitação sustentável é também conhecida como “compras públicas sustentáveis”, “ecoaquisição”, “compras verdes”, “compra ambientalmente amigável” e “licitação positiva”

(BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario, MAZON, Rubens. Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008)

As licitações sustentáveis são as licitações que visam promover o desenvolvimento nacional sustentável, baseadas em uma menor utilização de recursos naturais, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil e na possibilidade de produtos ou serviços serem reutilizados ou reciclados, gerando-se uma menor quantidade de resíduos.

Estas licitações sustentáveis visam, assim, selecionar a proposta mais sustentável com relação às obras, serviços, compras, alienações, locações, arrendamentos, concessões e permissões, dependendo de cada caso em particular e que forem contratadas pela Administração Pública.

Em sua Justificação do Projeto 4/2021, o Vereador José Damato Neto destaca que “a Administração Pública está entre as maiores contratantes do país, capaz de aliviar novas práticas no mercado consumidor e instituir formas inovadoras de produção. Enfim, a Licitação Sustentável é o instrumento capaz de posicionar a Administração Pública em prol da sustentabilidade ambiental”. Assim sendo, a presente proposta considera que o poder de compra estatal é indiscutível e a sua utilização para objetivos sócio-econômicos e ambientais pode e deve promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Conclusão

Após o exposto, a Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Serviços Públicos opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 05/2021.

Ubá, 1º de Março de 2021.



Câmara Municipal de Ubá

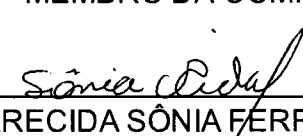
ESTADO DE MINAS GERAIS



JOSÉ MARIA FERNANDES
PRESIDENTE DA COMISSÃO



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO



APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL
MEMBRO DA COMISSÃO